

FORMAÇÃO INICIAL PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM PEDAGOGIA

Lessana Kemiatic, Orientador (a): Francisca Pereira Salvino

Universidade Estadual da Paraíba

lessanakemiatic@gmail.com; fransalvino@gmail.com

Resumo: A educação brasileira, de acordo com o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, deve ser organizada pelos governos federal, estaduais e municipais. O Governo Federal, ao longo do tempo, estabelece documentos normativos que são responsáveis por garantir a formação básica aos cidadãos, indispensável para que os referidos se desenvolvam e continuem a formação posteriormente. Neste sentido, faz-se necessário promover debates acerca destes documentos que regem os currículos da educação básica, a fim de que a mesma atinja o seu objetivo de educar e desenvolver integralmente o sujeito. Nesta perspectiva, este artigo objetiva discutir acerca dos principais conteúdos estudados durante o curso de formação inicial para o Programa de Residência Pedagógica em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/campus I), no qual estudamos para além de documentos responsáveis por delinear a política da educação brasileira, fundamentos teóricos e metodológicos essenciais ao Programa. O trabalho consiste em um estudo bibliográfico, realizado a partir do curso de formação da Residência Pedagógica de pedagogia, ofertado às residentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus I), no período de agosto e setembro de 2018. Conclui-se que o estudo dos documentos normativos e definidores das políticas são para estabelecer, acompanhar e replanejar ações que possam promover uma educação de qualidade, na qual todos os estudantes tenham oportunidade de desenvolverem competências gerais e específicas no campo da alfabetização, do letramento nas diversas áreas de conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar. Desta forma, o curso trouxe aprendizagens importantes não só para a Residência Pedagógica, mas sim para nossa formação enquanto futuras pedagogas, enquanto cidadãs e enquanto seres humanos.

Palavras-chave: Educação. Documentos normativos. Residência Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei nº 9.394/1996 que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional (BRASIL, 1996), a educação em sentido amplo abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Em sentido restrito, a referida Lei define a educação escolar como aquela que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias para este fim. Portanto a educação é transformadora por si só e através dela o indivíduo pode tornar-se um cidadão mais crítico e consciente dos seus deveres e direitos sociais, políticos, profissionais, éticos e morais.

São inúmeras as transformações que a educação pode promover para a sociedade, devendo constituir-se como um compromisso do o Estado e da sua população para que todos os sujeitos tenham acesso à ela em condições dignas e com qualidade na formação. Esse compromisso deve ser formulado por meio de documentos normativos que se materializam enquanto definidores da política educacional, objetivando garantir o acesso gratuito, a permanência e a qualidade das aprendizagens básicas para a vida em sociedade numa perspectiva de justiça e equidade social para todos.

No Brasil este compromisso formal existe, todavia, encontra-se distante de converter-se em realidade para a maioria da população e um dos fatores associados a essa incongruência é a formação docente. Com a finalidade de modificar essa realidade, o Ministério da Educação (MEC) criou em 2018 o Programa de Residência Pedagógica, tendo como objetivo principal acrescentar na formação dos estudantes de cursos de licenciatura, através de projetos que integrem a prática docente com as teorias estudadas na universidade.

Nesta perspectiva, este artigo consiste em um estudo bibliográfico, cujo objetivo é analisar os fundamentos do curso de formação inicial para operacionalização do Programa de Residência Pedagógica, ofertado pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/*campus* I, Campina Grande) nos meses de agosto e setembro de 2018.

O texto está organizado em três seções. Na primeira seção apresenta-se a metodologia referente ao presente artigo. Na segunda discute-se acerca da Base Nacional Comum Curricular, das Diretrizes Curriculares Nacionais e da alfabetização e letramento. Na terceira discute-se o curso de formação da Residência Pedagógica, destacando-se as principais aprendizagens adquiridas.

1. Metodologia:

Este artigo é resultado de um estudo bibliográfico e traz uma discussão acerca de alguns documentos normativos que regem a educação básica brasileira, além de trazer uma breve explicação sobre a alfabetização e o letramento. A metodologia de pesquisa bibliográfica permite que se analise as contribuições científicas já coletadas sobre determinado tema que já foi pesquisado e analisado. Segundo Treinta (2014),

O estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de

pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado (TREINTA et al, 2014, p. 02)

O curso acerca do programa de Residência Pedagógica, oferecido às preceptoras e às residentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, campus I, teve o intuito de ampliar o repertório teórico-metodológico das estudantes e preceptoras para a implementação da Residência Pedagógica. Durante o período de dois meses, alguns materiais teóricos foram trabalhados, dentre eles a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de discutirmos acerca do letramento, do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, numa perspectiva da interdisciplinaridade. Os temas trabalhados e as experiências obtidas durante o curso de formação são a base deste artigo.

2. Educação: direito de todos

A educação brasileira é assegurada como direito de todos os cidadãos, sendo responsabilidade do Governo federal, dos estados, municípios e da família, como determina a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O ensino tem a finalidade de desenvolver plenamente o educando, respeitando e valorizando as diferenças.

Ao longo do tempo, são lançados documentos que assegurem que o direito de estudar à toda população seja cumprido da forma mais igualitária possível. Um destes documentos são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que são normas obrigatórias que orientam a elaboração dos currículos do sistema de ensino, em todas as suas modalidades. O documento é planejado e assegurado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Nele são dispostos diretrizes e competências que devem ser estabelecidas nos currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, permeando, assim, toda a educação básica. As diretrizes buscam respeitar os estudantes e seus tempos de desenvolvimento, assim como a cultura e história de cada um, como é dito:

Assim referenciadas, estas Diretrizes compreendem orientações para a elaboração das diretrizes específicas para cada etapa e modalidade da Educação Básica, tendo como centro e motivação os que justificam a existência da instituição escolar: os estudantes em desenvolvimento. Reconhecidos como sujeitos do processo de aprendizagens, têm sua identidade cultural e humana respeitada, desenvolvida nas suas relações com os demais que compõem o coletivo da unidade escolar (BRASIL, 2013, p. 35).

Em relação a Educação Infantil, as DCN's afirmam que esta é a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos,

em todos os seus aspectos, com a colaboração da família e da comunidade. O currículo desta fase deve abranger as relações e interações durante as práticas educativas, além de propiciar experiências cotidianas que auxiliem a construção de novos saberes, utilizando-se de diferentes linguagens.

Quanto ao Ensino Fundamental, a educação é obrigatória e gratuita, tendo a duração de nove anos. Esta etapa é organizada em duas fases: cinco anos iniciais e quatro anos finais. A obrigatoriedade do ensino, permite que todos os indivíduos tenham acesso à educação, estando presentes em um ambiente que proporcione a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento de habilidades em outras áreas do conhecimento. Dessa forma, contribuindo com a formação ética, estética e política do aluno. Quanto às áreas de conhecimento que deverão ser ministradas, as DCN's estabelecem que:

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger obrigatoriamente, conforme o artigo 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte e de Educação Física (BRASIL, 2013, p. 14).

Nesse sentido, durante o curso de formação, nos detivemos ao que os documentos discutem acerca da primeira fase do ensino fundamental, já que é a fase em que iremos atuar durante a Residência Pedagógica.

O debate acerca dos documentos é de grande relevância para nossa formação como residentes, visto que precisaremos conhecê-los para atuar no campo educacional, seja durante a residência pedagógica e até mesmo como educadoras. Só após entender a importância dos documentos, que passaremos a utilizá-los na construção dos planos de aula e nas nossas práticas do dia a dia dentro da escola. O curso de formação nos permite construir esta ponte entre a teoria e a prática, à medida que nos prepara para atuar em sala de aula, que é a próxima fase do Programa.

Outro documento que vem contribuindo com o contexto educacional do país é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter obrigatório que define as aprendizagens, competências e habilidades essenciais que todos os alunos precisam desenvolver em cada etapa da educação básica. Assim como nas DCN's, a base visa a formação integral do sujeito, colaborando com o desenvolvimento de cidadão críticos e participativos na sociedade.

O principal objetivo da BNCC é garantir que todos os estudantes, independente da sua localização ou classe social, aprendam de forma igualitária. Ou seja, todos os alunos, sejam de escolas públicas ou particulares, têm a oportunidade de ter acesso aos mesmos conteúdos e

habilidades. Esta seria uma forma de diminuir a desigualdade educacional presente em nosso país, nivelando o ensino e aumentando a sua qualidade.

Desde 1988, a Constituição previu a criação de uma base curricular que determinasse conteúdos básicos para o ensino fundamental. Este mesmo aspecto também foi contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Porém, foi apenas em 2015, através de uma meta lançada pelo Plano Nacional da Educação (PNE), que a BNCC começou a ser construída, com a função de promover conteúdos comuns a serem aprendidos durante toda a educação básica.

Este documento foi formulado a partir da participação dos estados, Distrito Federal e municípios, devendo ser utilizado por todas as escolas ao elaborar os currículos. Dessa forma, “o País terá diante de si a tarefa de implementação, ou seja, de construir currículos subnacionais (estaduais, distrital e municipais), com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC” (Brasil, 2017, p.16).

É importante ressaltar que a BNCC traz dez competências essenciais que os alunos deverão desenvolver durante sua formação. Estas competências incentivam a formação integral do sujeito, são baseadas nos princípios políticos, estéticos e éticos da LDB e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que abrangem todas as áreas do conhecimento e precisam estar presentes em todos os componentes curriculares, durante todas as séries.

Em 2017, a BNCC lançou sua terceira versão para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, as escolas nacionais devem aderir as novas propostas até 2020. No que diz respeito à Educação Infantil, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser assegurados às crianças, são eles: conviver, brincar, participar, explorar e conhecer-se. Segundo Brasil (2017), estes direitos são fundamentais para o aluno aprender e se desenvolver.

Já o Ensino Fundamental está organizado e dividido em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Cada uma destas áreas possuem competências específicas que devem ser cumpridas ao longo dos nove anos desta etapa de escolarização.

Como este documento é novo e ainda está sendo implementado nas escolas, a formação inicial do Programa da Residência Pedagógica vem nos auxiliando com propostas pedagógicas, ideias para plano de aula e metodologias que contemplem a BNCC.

Ambos os documentos promovem o desenvolvimento do aluno, os assistindo desde a educação infantil até o ensino médio. Durante este período, o aluno passa pelo processo de alfabetização, os documentos têm como um dos objetivos alfabetizar a criança de forma que

todas as disciplinas sejam envolvidas. Dessa forma, o aluno não aprenderá apenas a codificar e decodificar, e sim enxergar um sentido no ato de ler e escrever, de modo que entenda como um processo contínuo e permanente. Ou seja, ele não será apenas alfabetizado, mas sim letrado. A BNCC nos mostra isso:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017, p. 55).

A articulação da aprendizagem da leitura e escrita de forma interdisciplinar é essencial para não tornar a alfabetização como um ato mecânico. Assim, a criança terá domínio sobre as tecnologias da escrita e terá o hábito de utilizá-la de forma real e natural. Soares (2003), afirma que o processo de letramento leva a criança a utilizar a escrita e a leitura como uma prática social de expressão e compreensão do mundo.

As DCN's objetivam alfabetizar e letrar os alunos nos três primeiros anos do ensino fundamental, visto que a autonomia sobre estas práticas são imprescindíveis para que a criança prossiga com êxito em seus estudos.

Assim, sabendo que o programa e Residência Pedagógica tem o intuito de aperfeiçoar a formação de futuros professores, o curso de formação trouxe como uma das temáticas o letramento. Este tema precisa ser discutido, tendo em vista que muitas crianças são consideradas como alfabetizadas, aprendem a codificar e decodificar um texto, porém não entendem o que leem. Dessa forma, a leitura e a escrita não está fazendo o seu papel efetivamente. A discussão deste tema durante a formação, nos leva a pensar nas nossas práticas em sala de aula. De forma que elaboremos planos que tenham como objetivo letrar a criança, independente da área de conhecimento que estaremos trabalhando.

3. Residência pedagógica: Curso de formação

O curso de formação diz respeito a primeira etapa acerca do programa da Residência Pedagógica, do subprojeto do curso de Licenciatura em Pedagogia. Aconteceu no período de 06 de agosto até 26 de setembro, com o total de carga horária de 60 horas, sendo 36 horas presencias e 36 horas à distância. Foi coordenado pela professora Dra. Francisca Pereira Salvino, com 24 alunas residentes bolsistas e 3 professoras preceptoras.

Durante o curso de formação, discutiu-se os documentos que dão a estrutura do currículo e as competências que cada aluno, de acordo com a série que está inserido, precisa

desenvolver. Estas discussões foram realizadas a partir de rodas e conversas e mesas temáticas, no qual a coordenadora do curso convidou alguns professores em determinados encontros para debater sobre os temas e enriquecer as conversas.

A professora, coordenadora do curso de formação, dividiu por grupos as estudantes, de forma que cada uma ficasse com um texto ou tema. Em cada aula presencial, um grupo apresentava sobre seu tema, o restante da sala já deveria ter lido o texto recomendado e a professora também participava do debate. A leitura antecipada do texto nos permite debater melhor sobre o assunto, enriquecendo a aula e nossas aprendizagens. Nos foi recomendado escrever resenhas sobre alguns dos textos debatidos, que foram os das DCN's e da BNCC. Publicamos nossas produções na sala virtual, para assim, debatermos um pouco mais sobre o conteúdo. Além disso, a professora pôde fazer algumas recomendações sobre os nossos textos, principalmente em relação à escrita.

O material teórico nos permitiu ter uma base em relação às competências gerais e habilidades dos anos iniciais do ensino fundamental, ao letramento como um processo contínuo, etc. Estes conhecimentos adquiridos são essenciais para a segunda etapa da residência pedagógica, quando formos para sala de aula.

Nos últimos encontros presenciais, produzimos algumas sequências didáticas em uma perspectiva interdisciplinar, com o objetivo de exercitarmos o que já tínhamos aprendido durante o curso em relação a currículo, competências, avaliação e letramento. As sequências deveriam apresentar justificativa, objetivo geral e específicos, metodologia e avaliação. A professora observou que tivemos dificuldades em elaborar as sequências, devido a isso, foi necessário dedicar um pouco mais de tempo a este conteúdo.

Esta experiência de produzir sequências didáticas foi muito rica. A elaboração me permitiu pensar metodologias capazes de desenvolver o aluno integralmente, através do ensino-aprendizagem. Visto que não é necessário apenas ensinar o conteúdo à criança, mas sim usar o conteúdo para somar na sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A discussão possibilita concluir que o papel dos documentos normativos para que todos tenham acesso a uma educação gratuita e de boa qualidade, de forma que os conteúdos de aprendizagem sejam ofertados à população de maneira igualitária. Ao falar em educação igualitária, não está se excluindo as diversidades e características individuais de cada pessoa ou região, mas sim afirmando que todos os sujeitos tenham as mesmas oportunidades. A definição de competências gerais para cada fase do ensino permite que esta meta seja atingida.

Outro fator importante discutido ao longo do artigo, é em relação à alfabetização associada ao letramento. O estudo deste tema, durante o curso de formação, trouxe o quanto é importante alfabetizar letrando, para que a criança não só aprenda as técnicas, mas sim tenha o hábito da leitura e escrita, sendo inserida no contexto cultural da sociedade.

O curso de formação da Residência Pedagógica é indispensável para atuarmos em sala de aula, como segunda parte do projeto. Durante as aulas, tivemos a oportunidade de discutir sobre diversos assuntos e aprender a elaborar uma sequência didática. Levando em conta que a mesma precisa ter uma metodologia interdisciplinar, para que o aluno se desenvolva integralmente, como determina a Lei nº 9.394/96. Desta forma, o curso trouxe aprendizagens importantes não só para a Residência Pedagógica, mas sim para nossa formação enquanto futuras pedagogas, enquanto cidadãs e enquanto seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece **Diretrizes e Bases Para a Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 4, de 13 de julho de 2010. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, DF, 14 jul. 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: out. 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2008.

TREINTA, Fernanda Tavares et al. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão**. Production, v. 24, n. 3, p. 508-520, Jul/Set. 2014.